



29 ABR 2021

**ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2021 REALIZADA
NO DIA 22 DE ABRIL DE 2021.**

MARCELO DE ALMEIDA FERREIRA
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

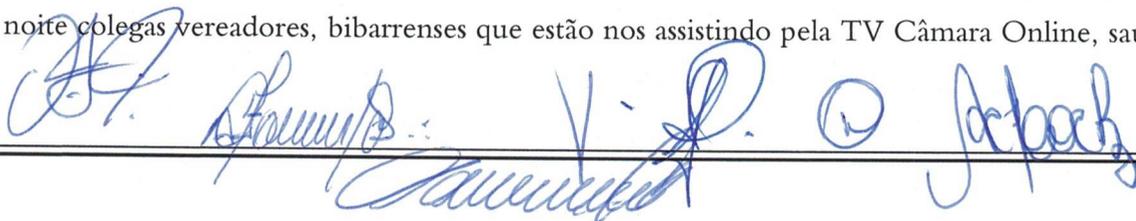
Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, na Sala das Sessões Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, nesta, sob a Presidência do Exmº senhor vereador **JANDER RAPOSO DA SILVEIRA**, e com as presenças dos vereadores **ADILSON GONÇALVES MIGUEL JUNIOR**, **AMANDA DE CASTRO HOELZ**, **ANTONIO JOSÉ FEUCHARDO DO COUTO**, **DANNYEL FERNANDES COSTA TOSTES**, **DIEGO THURLER ORNELLAS**, **GUILHERME SOARES DE OLIVEIRA** E **JAIRO SILVEIRA DE SÁ**, o senhor Presidente deu início à sessão saudando aos senhores vereadores presentes, a vereadora Amanda, aos funcionários desta E. Casa e aos internautas que assistem pela TV Câmara. Dando continuidade compôs a Mesa, em virtude da ausência do vereador 1º Secretário Frederico Turque Thurler, convidando o vereador 2º Secretário Antonio José Feuchard do Couto para assumir a 1ª Secretaria. Em seguida pediu o Primeiro Secretário em exercício, que conferisse a presença dos senhores vereadores, após a conferência e havendo quórum regimental, (número legal) declarou aberta a 10ª (décima) sessão ordinária do primeiro período legislativo de 2021. Dando prosseguimento pediu a secretária que fizesse a leitura da ata da sessão anterior (09ª) ordinária do 1º PL de 2021, o vereador **GUILHERME SOARES DE OLIVEIRA** pediu dispensa da leitura da mesma, atendendo à solicitação do nobre Edil, o senhor Presidente levou o pedido de dispensa em discussão, não havendo discussão, levou em votação simbólica, sendo **APROVADO**, com o pedido aprovado, levou a ata em discussão, não havendo discussão, levou em votação simbólica, sendo **APROVADA** por unanimidade de votos. Em seguida o senhor Presidente justificou o atraso no início da presente sessão, pois os senhores vereadores estavam em reunião com alguns professores da Rede Municipal de ensino tratando de assuntos relacionados ao plano de cargos e salários. Na citada reunião tomaram ciência de uma decisão judicial e um acordo realizado entre o Ministério Público e a Prefeitura no dia 18 de outubro do ano de 2019, e se disponibilizaram em auxiliar os professores em exigir o cumprimento da sentença. Dando prosseguimento passou ao **EXPEDIENTE DO DIA**. Constatou no **EXPEDIENTE DO EXMº SENHOR PREFEITO**, o **PROJETO DE LEI (Nº 014/2021)**, dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, em conformidade com o art. 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, e dá outras providências. Em seguida o senhor Presidente solicitou que a Secretária fizesse a leitura do Projeto, após a leitura, atendendo à solicitação do Exmo. Senhor Prefeito autor do Projeto, encaminhou-o a Ordem do Dia para deliberação. Não constou nada no **EXPEDIENTE DIVERSO**. Não constou nada no **HORÁRIO DAS PROPOSIÇÕES DOS SENHORES VEREADORES**. Dando continuidade passou ao **HORÁRIO DA**

TRIBUNA LIVRE franqueando a palavra aos senhores vereadores que dela quiserem fazer o uso e aos inscritos.

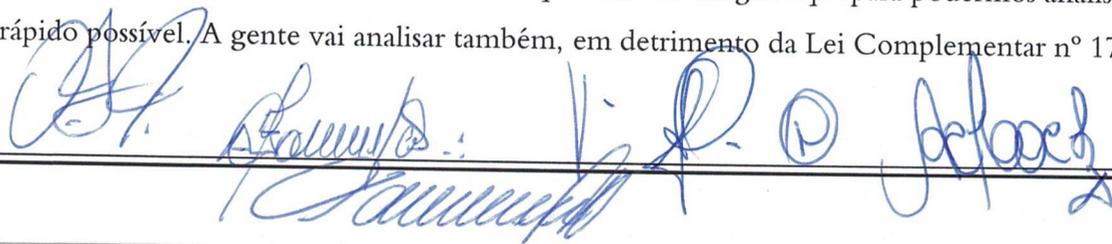
Com a palavra o vereador **DIEGO THURLER ORNELLAS** faz o seguinte pronunciamento: “Exmo. Senhor Presidente, colegas vereadores, vereadora Amanda, funcionários da Casa, internautas que nos acompanham pela TV Câmara online sempre um prazer ter a audiência de vocês. Senhor Presidente, hoje é uma sessão muito importante porque antes da sessão nós tivemos uma reunião com os Professores do Município demandando aqui mais uma vez a situação do Plano de cargos e salários dos professores. Tivemos aqui alguns professores da Comissão do Plano de cargos e salários, da qual eu também faço parte, é um assunto que está virando novela nosso Município. Todos os municípios vizinhos já implantaram e eu conversei já com alguns professores e com a Secretaria de Educação, que está disposta a resolver o problema, que inclusive para o Plano já tinha contratado uma empresa. Hoje eu fiquei sabendo que esse Plano de cargos e salários já está pronto, os professores questionam alguns artigos desse Plano de cargos salários e nós estamos aqui para cobrar. A reunião foi muito proveitosa, nós pudemos ouvir o lado da Comissão e saímos dali decididos a marcar uma reunião entre os membros da Comissão e a Secretaria de Educação. Uma coisa me chamou atenção foi uma Ação Civil Pública que resultou em um acordo entre os Servidores públicos e o Município, esse acordo do dia 18 de outubro de 2019 como foi passado para gente. Um acordo judicial com força de sentença e até hoje não foi cumprido, sendo que tinha 12 meses de prazo para se cumprir os itens do acordo, o que foi pedido pelos professores. Nós tivemos Audiência pública aqui na Casa, nós tivemos várias reuniões e nada disso foi resolvido ainda em relação aos professores. A gente sabe que tem a Lei Federal Complementar nº 173 que limita os gastos, mas o caso de ordem judicial você não se discute, você cumpre a ordem judicial por causa da sentença. O acordo tem força de sentença e a sentença é a ordem judicial. Já passou o prazo de cumprimento, então, os professores decidiram que vão ao MP e isso pode gerar até improbidade administrativa por descumprimento de sentença. E também nós vamos estudar a maneira mais rápida, até que o MP, de chegamos a um consenso porque nós já tivemos muito diálogo, vamos ter mais um – que eu tenho certeza que a Secretaria vai vir aqui, porque está disposta a conversar com a Comissão – mas mais que diálogo, nós temos que ter a resolução do problema. Esse problema tem que ser resolvido, o servidor não pode ser penalizado, como eu disse aqui na sessão anterior, os professores vêm se reinventando na pandemia para poder atender melhor aos alunos. A Educação de Duas Barras por muito tempo foi referência, nós temos as Creches de Duas Barras que são referências, nós temos professores qualificados, pós-graduados e não são valorizados, o que deixa qualquer servidor, qualquer cidadão quando se prepara desmotivado. A motivação é um eixo tão importante para execução do trabalho quanto a qualificação, e é por isso que nós estamos pedindo aqui mais uma vez a valorização do professor. Uma valorização que não é um favor, é um direito garantido pelo Plano Nacional de Educação. Então nós vamos estar aqui lutando, todos os vereadores que estavam na reunião aqui se comprometeram em lutar. O vereador Fred não está na sessão, mas eu tenho certeza também que ele vai fazer coro aos outros oito que estão aqui e nós vamos vencer essa luta, e pedir que seja feito o mais rápido possível porque já era para ter sido feito. Senhor Presidente e vereadores muito obrigado. Boa noite”. Conclui o vereador.

Com a palavra o vereador **DANNYEL FERNANDES COSTA TOSTES** e faz o seguinte pronunciamento:

“Boa noite colegas vereadores, bibrarrensenses que estão nos assistindo pela TV Câmara Online, saúdo também os



professores – com certeza estão assistindo a sessão de hoje também. O motivo de vir a Tribuna é dar meu apoio e colocar a Casa à disposição, inclusive, na hora da reunião sugeri que fosse feito um Ofício cobrando o Ministério Público para que o mesmo exija que o Executivo cumpra a sentença. E como o Diego disse, teve a Ação Civil Pública que foi movida, no dia 29 de agosto e teve sentença no dia 18 de outubro de 2019, então, já era uma sentença para ter sido cumprida, conforme o Diego disse, ele tem poder de causa e competência pelo que falou. O que causou estranheza são os professores não estarem cientes disso e muito menos a Casa. Quantos pedidos de informações a gente já fez, quantos pedidos de informações a Comissão já fez isso e só tomaram ciência disso ontem, então, é muito triste essa falta de diálogo e a falta de transparência para poder fazer com que esse Plano Nacional de Educação seja implementado no Município. Com certeza vai beneficiar os professores, vai beneficiar o PREV – que a gente vem sempre discutindo nesse ano – então com certeza, senhor Presidente, me colocar à disposição dos professores e pedir a força de todos vereadores junto desse Ofício, que todos assinem, pedindo o Ministério Público que cobre do Executivo, já que a gente não tem esse poder, mas temos o poder de solicitar para ver se a Prefeitura está cumprindo essa sentença ou não. Me coloco à disposição porque se a gente vencer essa batalha que estamos travando junto com os profissionais educação e conseguirmos que faça ser cumprido o Plano Municipal de Educação que condiz com o Plano de cargos e salários será uma vitória que a gente pode estar concedendo para os Funcionários públicos também. Então é uma vitória que será extremamente importante para o nosso Município. Estou à disposição dos professores, da Comissão e a gente está aqui para cobrar, movimentar o Ministério Público – que provavelmente eu não sei se ele sabe que isso não está sendo cumprido – ou que o Prefeito mande para essa Casa se está sendo cumprido ou não. Gostaria de deixar aqui no meu apoio a toda classe e a todo funcionário público. Só isso, senhor Presidente”. Conclui o vereador. Com a palavra o vereador **ADILSON GONÇALVES MIGUEL JÚNIOR** faz o seguinte pronunciamento: “Boa noite, senhor Presidente, colegas vereadores, vereadora Amanda e a todos que estão nos assistindo pela TV Câmara online. Em primeiro lugar queria até fazer um comentário rápido sobre o Projeto de Lei que está para ser aprovado hoje, que é uma regulamentação de acordo com uma Emenda Constitucional já aprovado em Plenário Federal, então, a gente regulamentando essa Lei faz com que o Município não deixe de receber a verba do FUNDEB. Isso é de extrema relevância para o nosso Município e que se Deus quiser será aprovado. Agradecer a presença da Comissão do Concurso da Educação que veio aqui hoje, como os vereadores Diego e Dannyel comentaram, isso é muito válido para a gente resolver realmente essa situação do Plano de cargos e salários dos professores. Hoje eu estive em contato com a professora de educação Fernanda até porque professores me param na rua e me perguntam sobre esse assunto. O vereador Diego citou na sessão passada e a Secretária Fernanda sempre muito solicita conversou comigo e falou que realmente o Plano de cargo e salário já tinha sido entregue pela empresa, que foi contratada através de um processo licitatório, e que tinha encaminhado esse Plano para Comissão – Diego faz parte, queria saber se isso confere mesmo – para analisar e assim devolver para Secretaria para que debatessem o restante dessa Lei com a empresa e assim finalizando, mandar para essa Casa de Leis. Quero dizer que essa Casa de Leis aqui está aguardando, até com brevidade, que essa Lei chegue aqui para podermos analisá-la e aprová-la o mais rápido possível. A gente vai analisar também, em detrimento da Lei Complementar nº 173, para saber se



realmente deve ser aplicada de imediato. Como o vereador Dannyel falou, a gente deve fazer um pedido de informação ao Município para saber se está cumprindo mesmo essa sentença judicial, que que tem que ser cumprido de maneira imediata, nem necessita da aprovação ou não do Plano de Carreira dos funcionários. Então isso daí, como vereadores a gente deve fazer um pedido de informação ao Município solicitando para saber se está sendo cumprido ou não e também deve ser feito um pedido de informação ao Ministério Público para saber se está sendo cumprido, e se não estiver para que como é parte autora do processo para que provoque o Município a cumprir de imediato a ação. Muito obrigado. Boa noite a todos". Conclui o vereador. Com a palavra o vereador **JAIRO SILVEIRA DE SÁ** faz o seguinte pronunciamento: "Senhor Presidente, permissão para falar sentado. Boa noite nobres colegas, Amanda, funcionários dessa Casa, professores e as pessoas que estiverem conosco assistindo através da Câmara online. Endossando o que os vereadores Juninho, Diego e Dannyel falaram. Nossa preocupação é colaborar e colocar esse acordo judicial para funcionar, caso ele não esteja sendo cumprido, mas acho também muito importante darmos oportunidade da Secretária de Educação se manifestar sobre o assunto dizendo em que pé realmente se encontra cada um desses três itens que nós vimos aqui nessa sentença. Acho muito importante ela participar conosco e mais a Comissão dos professores para que juntos possamos chegar a um denominador comum e entender em que pé realmente se encontra o cumprimento dessa sentença. Obrigado". Conclui o vereador. Com a palavra o vereador **DANNYEL FERNANDES COSTA TOSTES** faz o seguinte pronunciamento: "Senhor Presidente, eu peço permissão para falar sentado. Só para fazer linha ao vereador Jairo disse - entrou nesse mandato - e o Diego acho que me citou na Tribuna, que a gente fez uma Audiência Pública e até foi um compromisso assumido com a Casa e com os professores que iria ser implementado esse Plano de cargo e salário e até mesmo o Concurso público. Uma série de coisas que já vem cobrando. Com certeza é válido, mas é uma luta que a gente vem constantemente cobrando. Só isso, senhor Presidente". Conclui o vereador. Não havendo mais interesse por parte dos senhores vereadores em fazer o uso da Tribuna Livre, o Exmº senhor Presidente passou a **ORDEM DO DIA NA PAUTA DE VOTAÇÃO**. Abrindo a Ordem do Dia na pauta de votação o senhor Presidente levou a **urgência e o pedido de dispensa dos Pareceres do PROJETO (Nº 014/2021)**, em única e definitiva discussão e votação, não havendo interesse em discussão, levou em única e definitiva votação nominal, os vereadores Antonio José Feuchard do Couto, Jairo Silveira de Sá, Amanda de Castro Hoelz, Guilherme Soares de Oliveira, Adilson Gonçalves Miguel Junior, Diego Thurler Ornellas e Dannyel Fernandes Costa Tostes votaram favorável sendo **APROVADA** por **UNANIMIDADE** dos votos a urgência e a dispensa dos Pareceres do PL nº 014/2021. Com a urgência e a dispensa aprovadas, levou o **PROJETO DE LEI (Nº 014/2021)**, em única e definitiva discussão e votação, não havendo interesse em discussão, levou em única e definitiva votação nominal, os vereadores Antonio José Feuchard do Couto, Jairo Silveira de Sá, Amanda de Castro Hoelz, Guilherme Soares de Oliveira, Adilson Gonçalves Miguel Junior, Diego Thurler Ornellas e Dannyel Fernandes Costa Tostes votaram favorável sendo **APROVADO** por **UNANIMIDADE** dos votos o PL nº 014/2021. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a sessão, convidando a todos para a próxima sessão. Em seguida pediu que lavrasse a presente

ATA que vai assinada por mim, _____Primeiro

Secretário, pelo Presidente e pelos demais vereadores. Duas Barras (RJ), 22 de abril de 2.021.



Jander Raposo da Silveira
Vereador/Presidente



Dannyel Fernandes Costa Tostes
Vereador/Vice-Presidente



Antonio José Feuchard do Couto
Vereador/2º Secretário
(no exercício da 1ª Secretária)

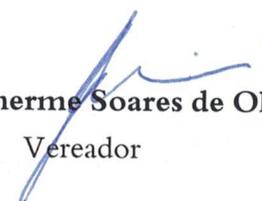


Adilson Gonçalves Miguel Junior
Vereador



Amanda de Castro Hoelz
Vereadora

Diego Thurler Ornellas
Vereador



Guilherme Soares de Oliveira
Vereador



Jairo Silveira de Sá
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS-RJ
GUILHERME SOARES DE OLIVEIRA
VEREADOR